

Uma das experiências mais traumáticas registrada em nossa atividade de pesquisa econômica deu-se quando, há perto de dois anos, desenvolvendo uma investigação sobre a dívida pública brasileira, descobrimos estarecidos que o aumento da dívida praticamente nada tinha a ver com excessos nos gastos do Governo ou em empresas estatais, ou com qualquer outro descontrole governamental na área não financeira; e, ainda mais, pudemos identificar e calcular o custo efetivo decorrente da caótica política na administração da dívida pública, a cargo do Banco Central, que é a única e verdadeira causa do inimaginável déficit público.

Foi um espanto concluir que a versão corrente sobre descontroles nos gastos, alimentada pelo Banco Central durante muito tempo, por muitos Ministros de Estado que aparentemente desconheciam a realidade, e por banqueiros e empresários que nadavam no "carnaval do overnight", nada mais era que uma cortina de fumaça para que a nação não percebesse o verdadeiro saque que se fazia sobre o Tesouro, multiplicando a dívida na medida em que, arbitrariamente, o Banco Central fazia funcionar uma verdadeira roleta, a premiar jogadores privilegiados.

Foi assim que a dívida cresceu. Escondida nos registros do Banco Central. Acobertada por truques contábeis. Enquanto uma nação vergonhosamente enganada jogava pe-

dras nos funcionários públicos e nas empresas governamentais; desconhecendo que os primeiros vinham sendo transformados em verdadeiros párias sociais, por uma política de salários depreciativa; e omitindo que a maioria das mais importantes empresas estatais do setor produtivo sistematicamente tem registrado elevados lucros.

Depois de anos de desgoverno na administração da dívida pública, esta se situava, em fins de 1983, em torno de Cr\$ 38,1 trilhões, representando 31,7% do PIB; e o aumento da dívida em 1983 foi duas vezes superior às próprias receitas fiscais do Governo (de Cr\$ 11,4 trilhões). Em 1984 o crescimento da dívida se acelerou, com o Banco Central aumentando o prêmio aos eleitos, e nessa altura a dívida no mês de dezembro alcançaria Cr\$ 143 trilhões (ou 37,0% do PIB), com elevação próxima de Cr\$ 105,0 a 105,0 trilhões, enquanto o Orçamento Fiscal do Governo — soma de todas as receitas, ou despesas — foi de apenas Cr\$ 33,8 trilhões.

Se alguém esperava que com a Nova República as coisas mudassem — e todos esperávamos — incorreu em grave equívoco. Pois, a despeito das intenções e esforços do Ministério da Fazenda para redução

dos custos do giro da dívida, o Banco Central — que possui um quadro técnico ao nível dos melhores do país — "deitou e rolou" na absurda política de proporcionar alta remuneração a aplicações de curtíssimo prazo — aplicações cativas, que não poderiam ser deslocadas para outros ativos financeiros. Além disso a brincadeira de "enxuga" mercado/"molha" mercado (venda de papéis do Governo compra de papéis do Governo), de custos desconhecidos porque nunca avaliados por quem quer que seja, e muito menos controlados, driblou quaisquer medidas dos Ministros Funaro e Sayad para controlar a misteriosa sangria sobre os recursos públicos.

Assim, seria inevitável um novo e espetacular estouro da dívida pública no primeiro ano da Nova República. E os números não decepcionam: a dívida saltou para Cr\$ 635,0 trilhões em dezembro de 1985 (dívida mobiliária, inclusive correção cambial não contabilizada pelo Banco Central, mais encargos sobre compromissos em moeda estrangeira, mais prejuízos líquidos do Banco Central), com aumento de Cr\$ 492,0 trilhões em apenas 12 meses! Com isso o saldo da dívida passou a equivaler a perto de 46,0% de toda a pro-

dução nacional de bens e serviços — ou a toda a renda gerada por 130 milhões de brasileiros; e o aumento da dívida em 1985 correspondeu a mais de um terço da renda gerada no ano, e a quase quatro vezes as receitas do Tesouro, que ficaram em Cr\$ 134,0 trilhões naquele ano. Uma loucura! E como pôde isso ocorrer sem que a nação como um todo, e especialmente o Congresso, e o próprio Governo tenham sido informados da realidade? De que vale um simples professor voltar ao assunto pela centésima vez, se clama aos ventos?

Vê-se, a partir do descontrole apontado, que não tem sentido, e nunca houve razão, para a pseudo-estratégia de tentar resolver essa monstruosidade a partir de redução de salários e de gastos em geral do Governo, ou simples elevação dos impostos. Basta dizer que, retirados todos os valores relativos à correção monetária e correção cambial sobre a dívida pública, e também deduzidos eventuais valores desviados para cobrir compromissos não gerados pela própria dívida — como a estocagem de produtos agrícolas em 1985, absorvendo temporariamente perto de Cr\$ 30,0 trilhões — o custo real da dívida foi de Cr\$ 23,0 trilhões em 1984 e de Cr\$

110,0 trilhões em 1985 — anos em que, conforme antes assinalado, todas as receitas do Tesouro chegaram a Cr\$ 33,8 trilhões e Cr\$ 134,0 trilhões, respectivamente. O que significa que, para que a dívida pública não cresça, o Governo teria que destinar ao pagamento dos encargos quase a totalidade de todas as suas receitas!

Aí surge o pacote fiscal de dezembro de 1985, que o Congresso quase se viu obrigado a aprovar sem ler (como aparentemente aconteceu com a nova e absurda lei salarial embutida no Decreto-Lei 2.284 — uma verdadeira "contra-reforma"). Embutia-se um brutal aumento de impostos pela simples razão de ter o Governo proposto um novo Orçamento Fiscal para 1986 juntando os encargos financeiros ao orçamento normal de despesas. Lógico que haveria um estouro no "novo" Orçamento Fiscal, já que, como vimos, os impostos teriam de ser praticamente dobrados, em 1985, para cobrir os custos do famoso — e triste — "carnaval" proporcionado pelo Banco Central.

Hoje o país chega a um impasse. A dívida salta para perto de Cr\$ 900,00 trilhões ao final de fevereiro. E, embora ainda não se disponha de informações oficiais, estima-se

que o custo de tal dívida, em termos anuais e após a reforma, deve ficar entre Cr\$ 150,0 trilhões e Cr\$ 200,0 trilhões — ou mesmo mais, pois só Deus sabe! Como fazer, se o novo Orçamento Fiscal, e calculado preliminarmente pelo Governo, seria da ordem de Cr\$ 280,0 trilhões? O país vai parar? Vão ser fechados escolas e hospitais?

E importante que se lembre, ainda uma vez, e para que a população possa julgar e opinar, que de nada adianta cortar investimentos de empresas estatais para cobrir o rombo do Tesouro. As empresas estatais não têm relação quase que nenhuma com o Orçamento. Pelo contrário. As grandes empresas são até muito lucrativas, e a soma dos lucros da Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, Banco do Brasil e Vale do Rio Doce foi superior a Cr\$ 30,0 trilhões em 1985. Fato que existem problemas na área das estatais, como o caso especial da Siderbrás, com elevados prejuízos como consequência natural da omissão do seu principal acionista — União Federal, que provocou a descapitalização do grupo ao obrigar à contratação de empréstimos externos por um lado, em substituição ao capital próprio, e por outro praticava preços artifi-

ciais; numa política suicida que visava conter com artifícios a inflação, ao mesmo tempo em que se subsidiava as exportações de manufaturas com os preços políticos para o aço, favorecendo especialmente as vendas de veículos, enquanto que literalmente se levava à falência empresas da mais alta importância para a economia do país. Mas essa é outra história.

A questão realmente importante é que, por mais respeito que se tenha ao Sr. Presidente da República, por mais admiração que se possa ter pelos Ministros que comandam a área Econômica — Funaro e Sayad — nenhum deles deveria ter poderes para decidir que seja dada prioridade a cobertura dos custos especulativos de uma dívida de origem espúria, relegando-se, em contrapartida a questões como o reequipamento hospitalar, educação, habitação popular, saúde e saneamento. Mas é exatamente isso que estaria ocorrendo, a julgar pelas informações (esparsas e contraditórias, é verdade), que têm sido publicadas mais recentemente por diferentes fontes do Governo, anunciando o uso de recursos fiscais, e de emissões, para o resgate de títulos da dívida pública. O que indica que, mesmo num ano de eleições, o Congresso tem o dever de abrir uma discussão sobre a questão, a fim de que o Governo possa vir a adotar uma linha de conduta que interprete os anseios e necessidades de toda a coletividade.

Dívida pública: o tamanho do elefante

1 JUN 1986

DÉRCIO GARCIA MUNHOZ

CORREIO BRAZILIENSE